

**Sistema Tributário, Orçamento e Finanças****Bancadas vencem impasse e aprovam relatório de Serra**

Da Sucursal de Brasília

O relatório do deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, foi aprovado no final da tarde de ontem por cinquenta votos contra três e uma abstenção. Agora serão votadas as cerca de novecentas emendas ao projeto, uma a uma, num trabalho que só deve terminar na segunda-feira.



No final da madrugada de ontem, Serra, de centro-esquerda (segundo levantamento da Folha publicado, no dia 19 de janeiro, no caderno "Os Eleitos"), conseguiu finalmente chegar a um acordo que uniu as bancadas do Nordeste e do Sul em torno da aprovação de seu relatório. Ele desfez a ameaça de impasse

utilizando o recurso de aumentar a alíquota do Fundo de Participação dos Estados de 18,5 para 21,5% — o que beneficiou o Nordeste —, e criando um Fundo de Apoio às Exportações, a ser formado com 10% dos recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados — o que beneficiou os Estados do Sul.

Logo depois de aprovado o projeto, o presidente da comissão, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), de centro, começou uma manobra para inverter a ordem de votação dos destaques. Houve vários tumultos no plenário, mas sua proposta acabou vencendo por apenas três votos (28 a 25).

Pela proposta de Dornelles, devem ser votados primeiro os pontos referentes ao Sistema Financeiro, onde há um consenso maior em torno das ideias do relator; depois ao Sistema Tributário, no qual o acordo obtido na madrugada de antontem deve garantir a aprovação, e por fim os relativos a Orçamento, onde os acordos não devem acontecer.

A vantagem desse sistema é que diminui o risco de que um constituinte troque seu voto sobre um ponto já acertado, como forma de pressão para acertar em outros pontos, o que até ontem se delineava. Com a aprovação do projeto, só destaques e emendas podem ser colocados.

O grande ponto de atrito ficou para o final dos trabalhos, depois que o relator José Serra omitiu na parte de Orçamento um capítulo que garantia vantagens ao Nordeste, provocando reações da bancada da região. Ontem, vários constituintes passaram a falar abertamente em resolver a questão no plenário, a partir de emendas já apresentadas.

Apesar disso, a ameaça de impasse foi eliminada, pela ação do relator em montar um quadro onde a mistura de questões regionais e ideológicas não é mais possível. Mesmo que haja divisão na discussão da parte orçamentária, os problemas substantivos devem ser superados sem maiores consequências.



O relator José Serra (à esq.) e o presidente Francisco Dornelles, na reunião da Comissão do Sistema Tributário e Finanças

**Ordem Social****Texto de relator recebe 764 destaques**

O senador Almir Gabriel (PMDB-AM), 54, de centro-esquerda, relator da Comissão da Ordem Social, manteve, no projeto que encaminhou ontem à votação, basicamente as mesmas propostas do seu primeiro texto. Apresentado pela manhã, o relatório de Gabriel recebeu 764 pedidos de destaques. Às 17h30 de ontem, quando os 65 membros da comissão se reuniram para a votação, o Centro Gráfico do Senado ainda não havia imprimido todas as propostas. Esta atraso provocou o adiamento da votação para às 9 horas de hoje.

Os aspectos mais polêmicos do relatório — estabilidade no emprego, direito de greve, jornada semanal de trabalho de quarenta horas, possibilidade de intervenção do Estado nos serviços de saúde e proibição da propaganda comercial de cigarros, remédios e agrotóxicos — eram objeto de negociação entre os parlamentares de diferentes correntes dentro da comissão.

Na sua proposta de estabilidade no emprego para "trabalhadores urbanos e rurais, e aos servidores públicos, federais, estaduais, do Distrito Federal, dos Territórios e dos municípios", Gabriel alterou três das quatro ressalvas: a que exclui o direito à estabilidade em contratos feitos por tempo determinado, em que se explicitou o período máximo de dois anos, mas apenas para serviços ou atividades provisórias de uma empresa; o período de experiência, que foi fixado em noventa dias, no máximo; e o caso de "fato econômico intransponível" da empresa, em que se acrescentou o

direito de reintegração ou indenização aos demitidos, quando o empregador não comprovar sua situação. Manteve-se no original a possibilidade de demissão por "ocorrência de falta grave comprovada judicialmente".

O presidente nacional do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva, membro suplente da comissão, presente à reunião, manifestou-se contra a proibição da propaganda comercial de cigarros. "Se é para proibir, então proibam logo a produção", disse o

petista, sugerindo que, a exemplo dos Estados Unidos, se explique, no produto, o mal que o cigarro pode fazer ao ser humano.

O deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA), de esquerda, no início da reunião de ontem afirmava que a discussão em torno da estabilidade no emprego deveria gerar um difícil impasse na comissão, mas que pontos como a jornada de quarenta horas semanais e o pagamento das férias em dobro, poderiam ser aprovados através de negociações.

Lula Marques



Sindicalistas da CUT protestam na Comissão da Ordem Social

**Soberania****Deputado tenta derrubar relatório**

Com a apresentação de 44 destaques (pedidos de votação em separado de artigos ou itens), o deputado José Mendonça de Moraes (PMDB-MG) liderou ontem um movimento para derrubar o relatório do senador José Bisol (PMDB-RS), de centro-esquerda, na Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Até as 15h de ontem, foram apresentados ao todo 350 pedidos de destaque ao relatório, o que, segundo o presidente da comissão, deputado Mário Assad (PFL-MG), centro-direita, inviabilizaria a sua aprovação no prazo previsto — até domingo. José Mendonça de Moraes, que há três semanas participou, como suplente, das votações da Subcomissão da Política Agrícola e Reforma Agrária (da Comissão da Ordem Econômica), também foi um dos articuladores da rejeição do relatório do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE).

Logo no início da reunião, o deputado mineiro afirmou que não concordava com os critérios de votação definidos pelo presidente do Congresso constituinte, deputado

Ulysses Guimarães. O documento da presidência do Congresso constituinte diz que "se o destaque não atingir o quórum necessário para a votação, isto é, maioria absoluta, ficará prejudicado, mantido, portanto, o dispositivo que visava substituir". O documento também afirma que o projeto de relatório será votado "na sua integralidade".

Durante uma hora, o assunto foi discutido entre José Mendonça; o deputado José Genoíno (PT-SP), de esquerda; Mário Assad; deputado Lysianeas Maciel (PDT-RJ), de esquerda; e o deputado José Fernandes (PDT-AM), de centro-direita.

Depois José Mendonça e Mário Assad voltaram a se reunir, desta vez com o relator da comissão, senador José Bisol (PMDB-RS), de centro-esquerda, mas não chegaram a um acordo. Assad disse que tentaria convencer os deputados a desistirem de parte dos destaques, além de conversar com o deputado Ulysses Guimarães, visando estender o prazo de votação. Somente assim, segundo ele, o projeto de Bisol poderá ser aprovado.

**Organização do Estado****Criação de sete Estados é aprovada**

A Comissão da Organização do Estado aprovou ontem a criação de mais sete Estados no país: Tocantins (norte de Goiás), Santa Cruz (sul da Bahia), Triângulo Mineiro (oeste de Minas), Maranhão do Sul (sudeste do Maranhão), Tapajós (oeste do Pará), Roraima e Amapá. O relator da Comissão, senador José Richa (PMDB-PR), apoiou apenas a criação do Estado do Tocantins, prevista em seu relatório.

Logo no início da reunião da Comissão da Organização do Estado, após a votação do relatório de José Richa e do pedido de 248 destaques em seu todo, o deputado Fernando Gomes (PMDB-BA) solicitou preferência para apreciação dos destaques de criação dos novos Estados. O presidente da Comissão, José Thomaz Nonô (PFL-AL), acatou as ponderações de Fernando Gomes e abriu espaço para a discussão. Três horas depois os novos Estados eram aprovados por 45 votos a favor e seis contra e a transformação do Amapá e Roraima em Estados por 47 e quatro.

O senador José Richa tentou impe-

**Sistema de Governo****Defensores de quatro anos admitem derrota**

Os constituintes que defendem um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney admitiram sua derrota na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Ontem deveria ser iniciada a votação do relatório do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE). Seu relatório, com o parecer sobre as emendas, chegou à comissão às 19h, mas às 20h45, a sessão foi suspensa. A comissão pediu ao relator que apresentasse, até às 11h de hoje, um texto melhor articulado.

Ferreira Lima havia apresentado o mesmo relatório, acrescentando cerca de cem páginas em que dizia quais as emendas foram aprovadas e quais as rejeitadas, além de explicar o motivo da decisão. Das 1.153 emendas apresentadas, 174 foram aprovadas pelo relator; 805, rejeitadas e 74 prejudicadas (redundantes). Outras cem foram aproveitadas parcialmente.

Todo o dia de ontem foi dedicado às articulações preliminares à votação. Além da vitória da tese dos cinco

anos de mandato para o presidente Sarney.

Às 18h30, Ferreira Lima disse à Folha que nenhuma mudança "de fundo" foi realizada em seu relatório. Esta posição do relator, que rejeitou praticamente na íntegra os relatórios aprovados nas subcomissões, levou-o a um grande isolamento na comissão. Uma articulação quase consensual, pelos deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA), Albérico Filho (PMDB-MA), Expedito Machado (PMDB-CE), José Jorge (PFL-PE) e Humberto Souto (PFL-MG), além do senador José Fogaça (PMDB-RS), trabalha no sentido de, depois da aprovação formal do relatório de Ferreira Lima, derrotar o artigo a artigo, restaurando os relatórios aprovados nas subcomissões do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

"Vocês têm maioria para aprovar tudo o que quiserem", dizia, à tarde, no plenário da comissão, o deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), defensor da tese do mandato de quatro anos, para o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), um dos líderes do "centro democrático" e favorável a um mandato de cinco anos para Sarney. De fato, o peso de uma maioria conservadora se fez sentir com toda força ontem. Os deputados Albérico Filho e Humberto Souto tentavam formar uma maioria na comissão favorável a que, após a rejeição pela Câmara dos Deputados de dois nomes indicados pelo presidente da República para o cargo de primeiro-ministro, que este possa ser nomeado pelo presidente, sem necessidade de anuência da Câmara.



Fogaça (em pé) conversa com Expedito Machado (dir.); Oscar Correia na mesa

**Organização Eleitoral****Deputados rejeitam mandato tampão**

A Comissão da Organização Eleitoral rejeitou ontem, por 35 votos contra onze, proposta do relator Prisco Viana (PMDB-BA) que previa um mandato tampão de dois anos para os prefeitos e vereadores a serem eleitos em 1988. Com isso, se a proposta não for reapresentada na Comissão de Sistematização, a partir da próxima semana, os prefeitos e vereadores eleitos no próximo ano terão seis anos de mandato. Além disso, as eleições municipais não serão coincidentes com as de governador, deputados federais e estaduais.

Pouco depois das 9h, parlamentares do PMDB e dos pequenos partidos deixaram o plenário da comissão, para impedir que fosse votado um pedido de destaque (votação em separado) do artigo 18 do relatório de Prisco Viana. Esse artigo dava para o presidente José Sarney um mandato de cinco anos. A intenção desses parlamentares que abandonaram o plenário é de retirar o artigo do projeto, remetendo o assunto para a comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que

também está tratando do problema do mandato presidencial.

Uma nova sessão da Comissão de Organização Eleitoral foi convocada para amanhã, às 9h30.

Os membros da comissão rejeitaram, em votação em destaque, o artigo que permitia o registro de candidatos, simultaneamente, a um cargo executivo e outro legislativo. Por quarenta votos contra quinze, a proposta do relator da Comissão, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), foi derrubada. Até às 19h de ontem, os membros da Comissão haviam aprovado o texto integral do relatório de Prisco, mas apenas sete dos 451 destaques apresentados tinham sido votados.

Apenas oito constituintes (de centro-esquerda e esquerda) foram contrários ao relatório de Viana. Estes mesmos parlamentares foram os campeões na apresentação de destaques: Lídice da Mata (PC do B-BA), José Genoíno (PT-SP) e Paulo Delgado (PT-MG) encaminharam quase cem pedidos de modificações.